

Mulheres e Extensão Rural no Brasil (1948-1970)

CAMILA FERNANDES PINHEIRO*

Este trabalho visa resgatar a história do processo de implantação e consolidação da Extensão Rural no Brasil, em especial, o ensino de Economia Doméstica às mulheres do meio rural, como uma política marcada por questões de classe e gênero. A Extensão Rural constituiu no país uma política pública levada a cabo pelo Ministério da Agricultura, tida como atividade “educacional” complementar, cujo público alvo compunha-se, em tese, do chamado pequeno agricultor.

Após a Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos, com o intuito de expandir o capitalismo e barrar o avanço comunista, redefiniram as diretrizes de sua política externa, lançando uma série de programas de cooperação tecnológica para aproximarem-se dos países do chamado “terceiro mundo”. A rigor, tal tática abriu caminho para a implantação de projetos políticos e econômicos que tinham finalidade de garantir a afirmação estadunidense no continente americano, enquanto expandia o mercado das empresas privadas daquele país, redundando no que pode ser chamado “ressignificação” da educação rural (MENDONÇA, 2010: 81), notadamente na década de 1950. É neste momento que é “descoberto” o conceito de desenvolvimento (ESCOBAR, 1995: 220).

A relação com o que se tornaria o “Terceiro Mundo”, pautada durante a Guerra por necessidades estratégicas e acesso a matérias-primas, foi moldada desde a fundação das Nações Unidas, em 1940, tornando o mundo não-industrializado objeto de intensas negociações. O nascimento do discurso do “desenvolvimento” e do “Terceiro Mundo” emergiu nesse contexto do pós-guerra, inexistindo antes de 1945. Ou seja, o Ocidente redefinia para si o resto do mundo.

O ousado compromisso de transformar dois terços do mundo rumo à “prosperidade material e progresso econômico” tornou-se projeto hegemônico junto aos círculos de poder no início dos anos 1950. Propiciar as condições necessárias para reproduzir no mundo as características das sociedades “desenvolvidas” da época, como altos índices de industrialização e urbanização, tecnicização da agricultura, rápido crescimento da produção e

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/ UFF, bolsista Capes.

dos padrões de vida, além da adoção da educação e valores culturais modernos, não seria “missão” simples.

Muitos países passaram a perceberem-se como subdesenvolvidos e superar tal condição tornou-se problema fundamental para eles, finalmente, sujeitando-se a intervenções externas crescentes e sistemáticas. Em síntese, o desenvolvimento disponibilizou uma forma de gerir o Terceiro Mundo, assegurando o controle sobre os “povos submetidos”, inaugurando uma realidade geopolítica que vigoraria por mais, pelo menos, quatro décadas .

Em função do construto do desenvolvimento, a visão do Ensino Agrícola passaria a priorizar não mais a perspectiva escolar *strito sensu*, cedendo lugar a outra, eminentemente assistencial e produtivista, voltada para qualificar e treinar a mão-de-obra, além de organizá-la junto às “comunidades rurais”. Como consequência, multiplicaram-se os tipos de agências/iniciativas conjuntas brasileiro-americanas voltadas para a agricultura, denotando a vitória de alguns grupos de interesses dominantes agrários, defensores da matriz de ensino de práticas como o Extensionismo, menos dispendiosa.

No caso brasileiro, o Extensionismo foi implementado em 1948 a partir de convênio de cooperação técnica entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a AIA (*American International Association for Economic and Social Development*), entidade sem fins lucrativos, criada pelos irmãos Rockefeller, que prestaria assistência técnica através de um sistema de crédito. Ou seja, um projeto regional de parceria público-privada.

O Relatório Abbink, gerado a partir da Missão Rockefeller no Brasil em setembro de 1948, diagnosticara um desequilíbrio entre o desenvolvimento agrícola e industrial do país. Nelson Rockefeller propôs, então, um programa de assistência técnica e crédito supervisionado, empreendimento semelhante ao utilizado nos EUA para conter os efeitos da Crise de 1929 sobre os agricultores estadunidenses. Para esta finalidade foi fundada a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que iniciou suas atividades em janeiro de 1949. O auxílio a ela se materializaria na vinda de recursos técnicos e financeiros. Um projeto que servia às frações da classe dominante agrária brasileira, na medida em que promovia a fixação do homem ao campo enquanto evitava sua mobilização via movimentos sociais.

A justificativa para o projeto Extensionista era de que as condições de vida ruins no meio rural brasileiro seriam causadas pela ignorância do produtor, gerando entraves ao desenvolvimento da agricultura e da indústria nacional. Assim, em 1949 iniciaram as viagens de técnicos brasileiros e estadunidenses pelo interior de Minas. Eram estes especialistas em agricultura (geralmente agrônomos) e economia doméstica (mulheres especializadas em economia doméstica), a exemplo do modelo americano que inspirou a política no Brasil: “um

agrônomo, uma professora e um jipe”. Em cada município onde possuía escritório, a ACAR contava com um supervisor agrícola, uma supervisora doméstica, uma auxiliar – para trabalhos administrativos – e um jipe. Eles trabalhavam viajando pela área a qual eram responsáveis, visitando comunidades e famílias rurais, organizando palestras, reuniões e demonstrações (FONSECA, 1995: 65).

As economistas domésticas eram mulheres que prestavam assistência às esposas dos produtores, ensinando cuidados relativos à alimentação e saúde da família, hortas domésticas e produção caseira de roupas, reforçando a ideia de que o papel da mulher na sociedade brasileira da década de 1950 restringia-se ao privado.

O Programa Ponto IV, instaurado no Brasil a partir do Acordo Geral de Cooperação Técnica firmado em 1950 com os EUA, teve dentre seus desdobramentos a primeira avaliação das atividades da ACAR e a vinda dos primeiros técnicos em Economia Doméstica para ministrar cursos na Universidade Rural de Minas Gerais (EMBAIXADA DO ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1962). Tal convênio estatal fora substituído pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA)¹, criado a partir de novo acordo entre os governos norte-americano e brasileiro e dotado de recursos provenientes do Governo Federal e do Programa Ponto IV. O órgão recém-criado seria responsável, a partir de então, pelos serviços de Extensão Rural e Crédito Rural Subsidiado no país. Uma iniciativa privada, com a criação da AIA e uma pública – Programa Ponto IV (LATTA, 1951: 276) – são ícones da influência norte-americana na Extensão Rural.

Nos primeiros anos de exercício a ACAR funcionou prioritariamente como uma entidade creditícia, na qual o papel dos extensionistas consistia em convencer os produtores a se “modernizarem” pelo consumo de adubos, inseticidas, máquinas e acessórios para o “conforto” do lar, como energia elétrica e eletrodomésticos; com crédito oferecido pela Caixa Econômica do Estado de Minas e Banco do Brasil S.A.. O objetivo último da política era aumentar a produção nacional de fibras e alimentos. Cabe ressaltar que o convencimento era feito separadamente por homens e mulheres, para homens e mulheres. Estes saberes eram difundidos por meio de programas de rádio, cartazes, folhetos, artigos de jornais, filmes e fotografias. Após o convencimento, o extensionista atuava no sentido de auferir crédito bancário e orientar sua utilização para o aumento da produtividade, o chamado “crédito supervisionado”.

¹ O ETA foi criado em 1953, produto do acordo binacional entre o Ministério da Agricultura e o Governo norte-americano (*Foreign Office Americano*). Financiavam projetos de cooperativismo agrícola e técnicos com recursos oriundos do Programa Ponto IV. Seu objetivo principal era contribuir para o avanço econômico dos países subdesenvolvidos.

Em sua primeira avaliação oficial, realizada por técnicos americanos em 1952 (conforme previa o programa Ponto IV), a ACAR-MG teve as atividades do Serviço de Extensão consideradas insatisfatórias (MOTTA E VIEIRA, 1970: 20). Ou seja, o insucesso seria causado pela incompetência dos técnicos brasileiros e o ETA viria para solucionar esta deficiência, efetivando o aumento da produção e a elevando o nível de vida da população rural, tarefa não cumprida pelos extensionistas brasileiros. A partir deste momento a Extensão seria resignificada no país, com o ETA centralizando e gerindo, junto com o Ministério da Agricultura, a execução de todo tipo de projetos ligados ao “ensino agrícola”. Os técnicos brasileiros recém-chegados dos Estados Unidos traziam consigo a ideia de que o mote do extensionismo deveria ser educar, utilizando o crédito como ferramenta para tanto, efetivando a tarefa não cumprida pelos extensionistas brasileiros (ACAR, 1954: 6). O ETA consolidou o modelo “um agrônomo, uma professora e um jipe”, intimamente ligado à questão do desenvolvimento e funcionaria no Rio de Janeiro entre 1953 e 1964. Ele não pode ser considerado uma profunda inovação, uma vez que se trata do aprimoramento da intervenção estadunidense sobre as questões brasileiras e latino-americanas em prol da superação da pobreza.

O modelo da Extensão e Crédito associados serviu para redefinir a pequena propriedade rural, que passou a produzir para o mercado interno – demanda historicamente associada à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) desde a Primeira República – produtos baratos, permitindo o congelamento de salários dos principais consumidores daqueles gêneros, os trabalhadores urbanos (IANNI, 1973: 151). Além da subordinação do trabalho ao capital, que permitia a expansão das relações capitalistas no campo, o trabalhador rural que não possuía terras se dirigia às cidades, tornando-se exército industrial de reserva (MARTINS, 1980: 59).

Com a consolidação da experiência mineira e a criação da ACAR em outros Estados foi fundada, sob o governo de Juscelino Kubichek, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), órgão nacional, ligado ao Ministério da Agricultura, responsável pela coordenação das entidades estaduais e pelo Crédito Rural Supervisionado². Em outras palavras, uma iniciativa estrangeira e privada se tornou em pouco tempo uma política pública nacional cultivada até hoje no Brasil, porém, em caráter regional. Assim, os técnicos

² O Crédito Rural Supervisionado, consistia em linhas de crédito concedidas ao pequeno agricultor, ou a cooperativa agrícola de uma determinada comunidade, com propósito de desenvolvimento da produção. Todavia, nesse regime havia um direcionamento na forma de destinar os recursos ganhos, para garantir a “correta” eficácia do crédito. Os extensionistas faziam a análise de crédito, e recomendavam aos bancos os candidatos capazes de obterem esse empréstimo. A supervisão ficava, ou a cargo do extensionista, ou mesmo por um funcionário do banco treinado para tal.

extensionistas provinham do convênio ABCAR/ETA, financiado, dentre outras fontes, por créditos do BID e Banco Mundial.

Até meados da década de 1970, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) estabeleceu os principais quadros do alto escalão do Ministério da Agricultura. Sobressaiu o projeto de “mecanização e subsídios para os grandes produtores, cooperativização para os pequenos” (MENDONÇA, 2010: 74). A lógica da cooperativização, desenvolvida pela SNA para ligar o pequeno agricultor ao mercado interno, não tinha pretensão de levar a qualquer mudança no status quo vigente. A educação rural estabelecida pelo MA servia, na realidade, como veículo de submissão do labor rural. O projeto do extensionismo aparece, portanto, como uma aliança de interesses entre o capital estadunidense e aquele do patronato rural hegemônico na pasta da Agricultura.

Pode-se perceber a Extensão Rural como uma tática para suprimir potenciais conflitos agrários no Brasil, como fica claro a partir da década de 1950, com concentração dos esforços extensionistas e outros projetos do ETA no Nordeste, área de maior disseminação das Ligas Camponesas (MENDONÇA, 2007: 73).

A política desenvolvimentista no Brasil foi seguida por modificações em relação à questão de gênero. As mulheres brasileiras acompanharam as tendências internacionais de emancipação feminina derivadas da necessidade gerada pelo esforço da Segunda Guerra Mundial e pelo crescimento econômico. Todavia, a partir do final da década de 1940 e nos anos 1950, o Brasil convergiu com a política estadunidense de restabelecimento do papel doméstico das mulheres (MCINTOSH, 1978: 279). Ora, a transmissão dos códigos e visões de mundo propiciadas pelo imperialismo da Guerra Fria, estendia-se ao privado, que, como enunciava a geração de feministas da década de 1970: também é político (COSTA, 2005: 2).

O modelo para o gênero feminino era a esposa recatada, boa mãe e prezada no trabalho doméstico. Tal modelo era presente não só no Brasil da década de 1950, sendo atuante nos EUA e fundamentalmente divulgado no contexto da guerra fria como parte integrante do *american way of life* (FRIEDAN, 1971: 32).

No caso do campo brasileiro, Paola Giuliani ressalta que não havia uma distinção entre os limites das atividades domésticas e agrícolas. Assim, as políticas públicas de retorno ao lar e educação rural para economia doméstica não implicavam na diminuição da força de trabalho do produtor rural, mas numa sobrecarga para as mulheres, antecipando para elas, na experiência, a dupla jornada de trabalho. Isto é ainda mais importante se considerarmos que até os anos 1960 metade da população nacional ainda se encontrava no campo e submetida a regimes de trabalho de produção familiar ou assalariamento informal, num contexto em que o

poder do patriarcado(BOTTOMORE E OUTHWAITE, 1993: 561) extrapolava o espaço doméstico, negando, muitas vezes, às mulheres uma participação política em cooperativas ou associações de produtores (GIULANI, 1997: 642).

A questão emergente da “economia doméstica” enquanto política pública refere-se às múltiplas determinações imbricadas a esta prática. Primeiramente, o lastro propiciado pelo nascente conceito de subdesenvolvimento para a importação de um modelo de comportamento, via imperialismo, que colocava a administração da propriedade rural e do lar como atividades distintas, ignorando os saberes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que amparavam a lógica de estruturação das propriedades familiares. A dominação masculina entranhada no tecido social brasileiro no século XX viria a se somar a esse novo estilo de dominação emergente do pós-guerra.

O modelo de ensino posto em prática inicialmente pela ACAR, consolidado pela ABCAR e levado adiante pela Embrater através de “um agrônomo, uma professora e um jipe” (SILVA, 2010) referia-se a uma hierarquização dos saberes do agrônomo em relação à economista doméstica, uma vez que a meta da Extensão era a superação do atraso econômico via aumento da produtividade. A tarefa primordial estava colocada ao agrônomo e às “modernas técnicas de cultivo” que ele levava para “iluminar” a vida dos homens do campo, a ele cabia a efetivação da “missão” extensionista. À economista doméstica cabia a tarefa secundária de ensinar a cuidar do bem estar, higiene e saúde da família. Embora a tecnologia fosse compreendida como efetiva solução dos problemas do meio rural, o controle de verminoses que reduziam a capacidade produtiva, por exemplo, seria determinante nesse sentido.

As técnicas em economia doméstica que viajavam pelo interior do Brasil tiveram nos desdobramentos do programa Ponto IV o “reforço” de técnicas estadunidenses para a formação de novas economistas em nível universitário. Firmado em 1951, o acordo subsequente ao Acordo Geral de Cooperação Técnica, firmado entre o governo brasileiro e americano, ligado ao Ponto IV, estabeleceu o fornecimento de técnicos especializados em Economia Doméstica para lecionar na Universidade Rural de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa (FONSECA, 1995: 86). No ano seguinte, 1952, inaugurava naquela universidade, na Escola Superior de Ciências Domésticas, o primeiro curso de Graduação de Economia Doméstica, obviamente, para atender às demandas da Extensão Rural.

O interesse das classes dominantes na reprodução contínua do capital e da estrutura de exploração de classe leva, segundo Mary McIntosh, o Estado a desempenhar um papel de

suporte a uma forma particular de família (aquela do marido provedor com mulher e filhos dependentes), fazendo com que as mulheres executem o trabalho doméstico não pago. Segundo a autora, isto, por um lado, permitiria o aumento do exército industrial de reserva e o pagamento de salários menores às mulheres e, por outro, estabeleceria o gênero feminino como responsável pela economia familiar e, assim, pela reprodução das forças de trabalho (MCINTOSH, 1978).

Jane Jenson reafirma a importância da economia doméstica para a reprodução da força de trabalho e para o interesse do Estado, com a manutenção de suas tropas para possíveis guerras e a criação de uma mão-de-obra saudável e disciplinada, por exemplo. Isto faria com que a instituição estatal mantivesse um esforço para criar um padrão determinado de relação familiar (JENSON, 1986) que, como vimos para o período deste trabalho, foi propagandeado durante a Guerra Fria e determinou a política de educação doméstica relacionada à Extensão Rural no Brasil. A própria maternidade – utilizada como fator determinante para a definição de gênero – é afetada no capitalismo pela política estatal:

Os Estados buscam organizar a única atividade que é inevitavelmente de gênero – o parto. Na medida em que o Estado capitalista se preocupa com sua população nacional, a construção social da maternidade tornou-se uma área provável da atividade estatal. A questão da criança e da proteção maternal surgiu no contexto da preocupação generalizada com o declínio da natalidade, a mortalidade infantil e a saúde pública, e ocupou os políticos em muitos países a partir do último quartel do século XIX (JENSON, 1986: 46).

A disputa de projetos antagônicos pela hegemonia na sociedade civil é associada à criação do consenso, enquanto a esfera da sociedade política ligar-se-ia mais proximamente à coerção. Lembrando que a dialética impede de tratar qualquer uma das duas esferas em separado, o próprio Gramsci entende esta como uma divisão metodológica e não real. Segundo o militante sardo,

(...) na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção).
(GRAMSCI, 2000: 244)

No que tal concepção de Estado ajuda no estudo específico da construção de gênero através de políticas públicas voltadas para a Extensão Rural? É importante ressaltar que tais políticas públicas tomam a sociedade civil como ponto de partida para criar uma concepção hegemônica de gênero feminino ligada ao trabalho doméstico, que auxilia na reprodução do capital. Além disto, a mesma sociedade civil é palco das disputas entre diferentes projetos para o campo brasileiro, defendidos pelos aparelhos privados de hegemonia de classes e frações de classe, como a Sociedade Nacional de Agricultura e a Sociedade Rural Brasileira. Estes aparelhos buscam dominar instituições estatais como a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), todas ligadas ao Ministério da Agricultura.

Considerações Finais

Apoiado nos padrões difundidos pelos Estados Unidos no contexto da guerra fria, o Estado brasileiro desenvolveu um projeto de modernização do campo no qual o extensionismo conformou um conceito de família baseado numa divisão opressora de gênero entre o masculino, chefe da família, e o feminino, dona de casa, no qual o último é responsabilizado por uma dupla jornada composta pelo trabalho na lavoura e pela execução racional do trabalho doméstico e, assim, pela reprodução da força de trabalho. Este esforço reflexivo se dá a partir de uma perspectiva de utilizar as categorias “classe” e “gênero” na análise histórica como ferramentas com as quais se pode operar conjuntamente, sem secundarizar uma em relação à outra.

Referências bibliográficas

- ARMSTRONG, P. & ARMSTRONG. “Beyond Sexless Class and Classless Sex: Towards Feminist Marxism”. *Studies in Political Economy*. 10. Inverno, 1983.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. (2 volumes). São Paulo, Difusão Européia do Livro, 2ª Edição, 1960.
- BIANCHI, Álvaro. *O Laboratório de Gramsci. Filosofia, História e Política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOTTOMORE, Tom & OUTHWAITE, William (Edits). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- BOURDIER, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- COSTA, Ana Alice. *O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política*. Labrys Estudos Feministas. Jan/Jul. 2005.
- EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Nota do Governo dos Estados Unidos da América*. In: Coleção Atos Internacionais: Renovação do acordo sobre a vinda de técnicos americanos para a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1962.
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development – the Making and Unmaking of the Third World*. New Jersey: Princeton University Press, 1995.
- EMBRAPA. *Pesquisa Agropecuária e Qualidade de Vida: A História da Embrapa*. Brasília: 2002.
- FONSECA, M. T. L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FRIEDAN, Betty. *Mística Femina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GIULANI, Paola. “Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.).
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- IANNI, Octávio. *Relações de produção e proletarização rural*. In: Vida Rural e mudança social.
- JENSON, Jane. “Gender and Reproduction: Babies and the State”. *Studies in Political Economie*. 20. Inverno, 1986.
- LATTA, M. *Point Four: a Modest Program*. Education. Gilman: vol. 71, 1951.
- LEAVITT, H U. S. Technical Assitance to Latin American Education. *Phi Delta Kappa*. Gilman: vol. 45.
- MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência: a questão política no campo*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.
- MCINTOSH, Mary. “The State and the Oppression of Women”. In: KUHN, Annete & WOLPE, Annmarrie. *Feminism and Materialism. Women and Modes of Production*. Londres e Nova York: Routledge, 1978.
- MENDONÇA, S. R. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*, Niterói: UFF, 2010.
- _____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.
- _____. *Estado, Educação Rural no Brasil: alguns escritos*. Vício de Leitura, 2007.
- MINAS GERAIS. ACAR. Relatório 1954/1955.
- MOTTA, G. O. & VIEIRA I. R. “História do serviço de Extensão Agrícola no Brasil”. In: *Trabalhos de Extensão*. Itabuna/BA, CEPLAC, 1970.
- NEVES, Lúcia & SANT’ANNA, Ronaldo. “Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia”. In: NEVES, L. (org.). *A Nova Pedagogia da Hegemonia. Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Rio de Janeiro: Xamã, 2005.
- PINSKY, Carla. “As Mulheres dos Anos Dourados”. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SAID, E W. *ORIENTALISMO: O Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

United Nations. Department of Social and Economics Affairs. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*, Washington: 1951.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Christine Dabat e Maria Ávila.

SILVA, Paulo Machado da. *Um agrônomo, uma professora e um jipe. Memórias da Extensão*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2010.

TILLY, Louise. “Gênero, História das Mulheres e História Social”. *Cadernos Pagu*. N. 3. 1994.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

_____. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.